

# Material para Concurso

## Assunto: **Educação Inclusiva**

· **Primeira metade do século XX** – o conceito de deficiente era relacionado a causas fundamentalmente orgânicas.

· **Concepção determinista do desenvolvimento** - transtorno era um problema inerente à criança, com poucas possibilidades de intervenção educativa e de mudança.

· **Consequências da concepção determinista:** - necessidade de um diagnóstico preciso do transtorno. Por isso, generalizam-se os testes de inteligência, cujo objetivo principal é o de situar as pessoas em um determinado nível, comparando-as ao restante da população. - uma das primeiras escalas de inteligência foi encomendada pelo ministro de Instrução Pública francesa Alfred Binet, em 1904, com a finalidade de separar as crianças que deviam ser educadas nas escolas regulares daquelas que não podiam frequentá-la.

· **Anos de 1940 e 1950** - concepção de que a deficiência pode ser motivada por falta de estímulo adequado ou processos de aprendizagem incorretos e incluem-se os conceitos de adaptação social e de aprendizagem nas definições sobre o atraso intelectual, reforçando as possibilidades de intervenção. A oferta educacional nos países desenvolvidos considera as classes escolas específicas para os alunos com deficiências devido ao número de alunos por sala, à existência de edifícios específicos e adaptados aos alunos e à possibilidade de uma atenção educativa mais especializada.

· **A partir da década de 1960** - produz-se um movimento bastante forte, impulsionado por âmbitos sociais muito diversos, que irá provocar profundas transformações no campo da educação especial. Os principais fatores que favorecem essas mudanças podem ser resumidos em: 1. Uma nova concepção dos transtornos do desenvolvimento e da deficiência. 2. Uma perspectiva distinta dos processos de aprendizagem e das diferenças individuais. 3. A revisão da avaliação psicométrica. 4. A

**Milhares de Questões Para Sua Preparação:**

<https://questoesconcursopedagogia.com.br/mais1200questoes/>

presença de um maior número de professores competentes.

5. A extensão da educação obrigatória. 6. O abandono escolar. 7. A avaliação das escolas de educação especial. 8. As experiências positivas de integração. 9. A existência de uma corrente normalizadora no enfoque dos serviços sociais. 10. Os movimentos sociais a favor da igualdade.

· **Fenômenos mais relevantes dessa nova aproximação:** no plano conceitual, um novo enfoque baseado na análise das necessidades educativas especiais dos alunos; no plano da prática educativa, o desenvolvimento da integração educativa, que impulsiona, ao mesmo tempo, mudanças na concepção do currículo, na organização das escolas, na formação dos professores e no processo de ensino na sala de aula.

· **Conceito de Pessoa com Necessidades Especiais:** “é a que apresenta, em caráter permanente ou temporário, algum tipo de deficiência física, sensorial, cognitiva, múltipla, condutas típicas ou altas habilidades, necessitando, por isso, de recursos especializados para desenvolver mais plenamente o seu potencial e/ou superar ou minimizar suas dificuldades. No contexto escolar, costumam ser chamadas de alunos com necessidades educacionais especiais”

· **Quem são os alunos da educação especial:** I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial. II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação. III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

· **Organização da Educação Especial:** - Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; - Atendimento educacional especializado; - Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino; - Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; - Participação da família e da comunidade; - Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e - Articulação intersetorial na implementação de políticas públicas.

**Milhares de Questões Para Sua Preparação:**

<https://questoesconcursopedagogia.com.br/mais1200questoes/>

## Centenas de Simulados e Materiais de Estudo, Acesse

<https://superpreparado10.blogspot.com.br/>

· **São objetivos do atendimento educacional especializado:** I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular aos alunos especiais. II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular; III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis de ensino.

· **Adequações Curriculares** As adequações curriculares são possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. São destinadas aos alunos que necessitam de serviços e/ou situações especiais de educação.

- Devem estar respaldadas no projeto pedagógico da escola, não por meio de um currículo novo, mas, da adaptação progressiva do regular.

- Adaptações não significativas.

- Adaptações

significativas. Níveis de adequação curricular

- No âmbito do Projeto Pedagógico.

- No currículo desenvolvido na sala de aula.

- No nível individual.

· **Nas políticas públicas.** ⇒ **Constituição Federal de 1988** traz como um dos seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º, inciso IV). Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208). ⇒ **Declaração Mundial de Educação para Todos (1990)** e a **Declaração de Salamanca (1994)** passam a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva. ⇒ **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei no 9.394/96, no artigo 59**, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo,

**Milhares de Questões Para Sua Preparação:**

<https://questoesconcursopedagogia.com.br/mais1200questoes/>

métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências; e assegura a aceleração de

## Centenas de Simulados e Materiais de Estudo, Acesse

<https://superpreparado10.blogspot.com.br/>

estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar. Também define, dentre as normas para a organização da educação básica, a “possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado” (art. 24, inciso V) e “[...] oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (art. 37). ⇒ **O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei no 8.069/90, no artigo 55**, reforça os dispositivos legais da Constituição Federal ao determinar que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva** Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial no 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria no 948, de 09 de outubro de 2007. Orienta o processo de “integração instrucional” que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que “(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais” (p.19). Ao reafirmar os pressupostos construídos a partir de padrões homogêneos de participação e aprendizagem, a Política não provoca uma reformulação das práticas educacionais de maneira que sejam valorizados os diferentes potenciais de aprendizagem no ensino comum, mas mantendo a responsabilidade da educação desses alunos exclusivamente no âmbito da educação especial. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB no 2/2001, no artigo 2o, determinam que: “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001).” As Diretrizes ampliam o caráter da educação especial para realizar o atendimento educacional especializado complementar ou suplementar à escolarização, porém, ao admitir a possibilidade de substituir o ensino regular, não potencializam a adoção de uma política de educação inclusiva na rede pública de ensino, prevista no seu artigo 2o. Convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto no 3.956/2001, afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação com base na

## Milhares de Questões Para Sua Preparação:

<https://questoesconcursopedagogia.com.br/mais1200questoes/>

deficiência toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais. Este Decreto tem importante repercussão na educação, exigindo uma reinterpretação da educação especial, compreendida no contexto da diferenciação, adotado para promover a eliminação das barreiras que impedem o acesso à escolarização. ⇒ **Na perspectiva da educação inclusiva, a Resolução CNE/CP no 1/2002, que estabelece as Diretrizes**

## Centenas de Simulados e Materiais de Estudo, Acesse

<https://superpreparado10.blogspot.com.br/>

Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, define que as instituições de ensino superior devem prever, em sua organização curricular, formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais. ⇒ **A Lei no 10.436/02 reconhece a Língua Brasileira de Sinais – Libras como meio legal de comunicação e expressão, determinando que sejam garantidas formas institucionalizadas de apoiar seu uso e difusão, bem como a inclusão da disciplina de Libras como parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia. ⇒ Portaria no 2.678/02 do MEC aprova diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do sistema Braille em todas as modalidades de ensino, compreendendo o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e a recomendação para o seu uso em todo o território nacional.**

### NOSSAS MÍDIAS:



Página no Facebook

Grupo no Facebook



Perfil no Instagram



Canal no YouTube

Milhares de Questões Para Sua Preparação:

<https://questoesconcursopedagogia.com.br/mais1200questoes/>